

ASPECTOS SOBRE O MERCADO DE JORNALISMO EM SÃO LUÍS E IMPERATRIZ: reflexões sobre o assédio¹

Ana Maria Nascimento²

Renata Evellyn³

Clara Teles⁴

Dhara Inácio⁵

Leila Sousa⁶

Universidade Federal do Maranhão/Imperatriz

RESUMO

O presente artigo pretende abordar os aspectos centrais no que refere ao assédio no mercado de trabalho jornalístico do Maranhão na perspectiva de jornalistas negras. Com o objetivo de verificar as assimetrias de gênero e raça nos âmbitos de trabalho jornalístico. A estrutura da pesquisa se baseia em dois instrumentos metodológicos: questionários para mapeamento de perfis e trajetórias e entrevistas em profundidade. Um total de 24 jornalistas responderam ao questionário disponibilizado pelo Google Forms e 9 participaram das entrevistas virtuais pelo Google Meet. As bases teóricas deste artigo referem-se aos questionários feitos em 2021 (SOUSA *et al*, 2022) e ao perfil dos jornalistas brasileiros (LIMA *et al*, 2022). Os resultados apontam que há recorrência de assédio dentro e fora do ambiente de trabalho que, neste ambiente, parte, majoritariamente, de chefes, colegas de trabalho e fontes, expressando-se verbal, moral e/ou sexualmente.

PALAVRAS-CHAVE

Mulheres jornalistas; assédio; Maranhão; gênero.

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

A pesquisa “Jornalismo, cidadania e mercado de trabalho: aspectos de desigualdades no exercício do jornalismo do Maranhão” está sendo realizada desde o ano de 2021 e tem como objetivo identificar as assimetrias de raça e gênero no cotidiano das redações jornalísticas do estado. A investigação foi estruturada a partir de dois instrumentos metodológicos: questionários para mapeamento de perfis e contextos e entrevistas em

¹ Trabalho apresentado na DT 1 – Jornalismo do 23º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 20 a 22 de junho de 2023.

² Estudante do terceiro período de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão, Campus Imperatriz. Email: ana.mcn@discente.ufma.br

³ Estudante do quinto período de jornalismo da Universidade Federal do Maranhão, Campus Imperatriz. E-mail: renata.evellyn@discente.ufma.br

⁴ Estudante do sexto período de jornalismo da Universidade Federal do Maranhão, Campus Imperatriz. E-mail: clara.teles@discente.ufma.br

⁵ Estudante do quarto período de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão, Campus Imperatriz. Email: dhara.inacio@discente.ufma.br

⁶ Orientadora do trabalho. Professora do curso de Jornalismo da UFMA/Imperatriz. Doutora em Ciências da Comunicação – Unisinos. Vice-coordenadora do Núcleo de Pesquisa Maria Firmina dos Reis. Email: sousa.leila@ufma.br

profundidade. Ao todo, 24 jornalistas responderam aos questionários que foram disponibilizados via Google Forms, no período de janeiro a maio de 2022. O formulário foi composto de cinco eixos fundamentais, que abordavam pontos como: 1. Dados socioeconômicos; 2. Atuação profissional; 3. Aspectos sobre o ambiente de trabalho; 4. Percepções sobre o mercado jornalístico local em relação a cobertura sobre raça e gênero; 5. Percepção sobre raça e gênero no cotidiano.

Os dados mapeados a partir dos questionários (SOUSA *et al*, 2022) apontam que a maioria das jornalistas são jovens, com poucos anos de atuação na área e com alta carga horária de trabalho semanal, o que dialoga com pesquisas realizadas a nível nacional sobre o perfil dos jornalistas brasileiros (LIMA *et al*, 2022). Quando a raça e o gênero são analisados em intersecção, percebemos que a maior parte das jornalistas ocupam cargos de prestação de serviços, apenas uma das respondentes destacou possuir a própria empresa.

As jornalistas de São Luís e de Imperatriz apontam, ainda, que mesmo que o jornalismo local seja exercido majoritariamente por mulheres, são os homens brancos os que estão em maioria nos cargos de poder e de chefia imediata. O dado sinaliza uma desigualdade estrutural que situa as mulheres e, principalmente, as profissionais negras, em situação de maior desvantagem profissional.

Nessa direção de análise, Lélia Gonzalez (1984, p. 231) discute sobre os lugares estruturais criados pelo racismo para as mulheres negras: postos de trabalho informais ou empregos domésticos. As desigualdades que situam as mulheres negras no topo da pirâmide como as que mais são afetadas pelos contrastes de acesso à educação, a postos de trabalho dignos e como as maiores vítimas de violência doméstica, constroem lugares e categorias discursivas que atuam subjugando, segregando e marginalizando os corpos e mentes dessas sujeitas.

As respostas dos questionários apontam ainda que a maioria das profissionais atuam em assessorias de imprensa, ou seja, estão em cargos considerados “fora da mídia” (LIMA *et al*, 2012). Além disso, se levarmos em consideração a característica do mercado de jornalismo local, podemos dialogar com o mapeamento realizado pelas autoras Bueno e Fonseca (2020), que, ao traçarem um perfil do assessor de imprensa na cidade de Imperatriz, por exemplo, destacaram que o cargo é exercido majoritariamente por mulheres, jovens, com até cinco anos de experiência.

Nesse sentido, os dados coletados até agora nos apontam que a raça, somada ao gênero, configuram marcadores sociais que também estruturam as desigualdades e as

assimetrias no mercado de trabalho no Maranhão, sobretudo nas cidades de São Luís e Imperatriz, conferindo maiores desvantagens e impactos diretos na carreira de jornalistas negras. As jornalistas negras enfrentam obstáculos adicionais, como a dificuldade em romper com estereótipos sexistas e racistas associados às suas identidades, bem como desafios na conciliação entre a vida profissional e familiar.

2. METODOLOGIA E RESULTADOS

Em relação às entrevistas realizadas com as jornalistas das duas cidades, foram entrevistadas um total de 9 profissionais (6 de Imperatriz e 3 de São Luís). O roteiro de entrevistas foi estruturado em três eixos fundamentais, elencados a partir das observações que os dados dos questionários sinalizaram. São eles: 1. Informações pessoais: dados gerais da entrevistada; carga horária diária e semanal de trabalho; experiência no mercado. 2. Rotina de trabalho: funções já desenvolvidas; cargos ocupados; cotidiano na redação; avaliação sobre o mercado maranhense de jornalismo. 3. Percepções sobre raça e gênero: aspectos sobre dificuldades/entraves da profissão pelo fato de ser mulher; percepção sobre o espaço destinado às jornalistas negras; padrões estéticos; cargos de chefia; liberdade para discutir e pautar temas relacionados à raça e ao gênero no cotidiano da redação.

Neste texto trataremos reflexões sobre um elemento que foi recorrente nas entrevistas: a denúncia sobre assédio no ambiente de trabalho e fora dele. Dados da pesquisa nacional intitulada “Mulheres no Jornalismo Brasileiro” realizada pela Abraji em parceria com a Gênero e Número (MAZOTTE; TOSTE, 2019), apontam que 73% das mulheres ouvidas já afirmaram terem sido vítimas de comentários machistas e/ou piadas de cunho sexual. Também relatam que identificam o assédio moral especialmente nos processos de desautorização ou quando têm a sua competência questionada pela chefia ou colegas homens.

Na pesquisa realizada com as jornalistas das cidades de São Luís e Imperatriz, identificamos que o assédio parte majoritariamente de: 1. fontes; 2. colegas de trabalho e 3. chefes. Expressando-se de várias maneiras, a exemplo do assédio verbal - comentários e convites inapropriados - até o assédio moral, com desqualificação e questionamento da capacidade da jornalista.

Como o assédio é um tema que se repete na fala e na conversa das jornalistas, inclusive em diálogos informais que elas mantêm com os colegas de redação, optamos por nos inspirar neste texto na perspectiva da “análise de conversação e da fala” (MYERS, 2008)

como ferramenta estratégica para a decupagem, interpretação e categorização dos temas, argumentos, ideias, memórias expressas nas entrevistas. A “análise de conversação e da fala,” como identifica (MYERS, 2008), permite explorar categorias analíticas desenvolvidas pelos participantes da pesquisa a partir de suas vivências, experiências e cosmovisões. A seleção de determinadas palavras e argumentos são indicativos que possibilitam identificar como cada profissional interpreta e compõe um quadro de análise sobre determinado tema e os seus atravessamentos.

Ainda que em realidades territoriais e estruturais distintas, as jornalistas de São Luís, capital, e de Imperatriz, interior do Maranhão, parecem sinalizar que o assédio é um dos principais entraves e desafios para o desenvolvimento de atividades profissionais. O assédio é uma prática que parece estar relacionada diretamente ao gênero e aos padrões criados para as mulheres: há a imposição de um código de vestimenta que está relacionado a uma ideia de maior ou menor respeitabilidade e legitimidade. Também a desautorização, as piadas, os julgamentos que são corriqueiros nas redações e indicam que o corpo e a postura das profissionais são constantemente colocados à prova, vigiados e controlados pelas vozes masculinas.

Algumas entrevistadas relataram que o assédio, partindo de fontes, é feito principalmente por homens, que muitas vezes utilizam o número de contato e até mesmo as redes sociais das jornalistas para assediá-las e constrangê-las. Podemos entender que “o assédio verbal, (...) ocorre quando alguém expõe dizeres desagradáveis, invasivos ou ameaçadores à vítima. Até mesmo cantada, quando deixa a vítima encabulada, é um assédio verbal” (CAMPAGNA; KUTZKE, 2019, p. 42). Ao utilizar o número de contato ou as redes sociais das jornalistas para assediá-las, os agressores invadem a privacidade das vítimas e transgridem seus limites, criando um ambiente hostil e ameaçador. Esse tipo de assédio verbal visa constranger e intimidar as jornalistas, prejudicando, até mesmo, a sua capacidade de exercerem sua profissão de forma livre e segura.

E, apesar de muitas entenderem e tentarem limitar o contato com fontes que têm essa atitude, às vezes, o assédio passa despercebido, porque existem situações que as jornalistas não conseguem identificar ou entender no momento em que estão acontecendo. Isso decorre da naturalização do assédio na sociedade, em que o desconhecimento do tema e a violência enraizada, possibilitam que as “piadas”, gestos e comentários passem ilesos do conhecimento da jornalista. E segundo os relatos das jornalistas, embora não exista um código de vestimenta oficial nas redações, muitas delas enfrentam desconforto ao optar por vestidos ou roupas com

decotes. O temor de serem alvo de assédio, bem como a preocupação com a percepção e a credibilidade profissional, podem levar essas profissionais a adotarem uma vestimenta mais “conservadora”.

Essa situação reflete a complexidade das relações entre o ambiente de trabalho e as questões de gênero. O receio de serem vítimas de assédio pode inibir a expressão pessoal e afetar a autoconfiança das jornalistas em seu desempenho profissional. Além disso, o estigma associado a roupas consideradas “mais reveladoras” pode perpetuar estereótipos de gênero, sugerindo que a aparência influencia a capacidade e o comprometimento no trabalho.

Os relatos também se aproximam no sentido de identificarmos as lógicas que estruturam o racismo e que também podem ser identificadas na passabilidade⁷ que o colorismo oferece. As mulheres negras de pele clara relatam mais o processo de regulação estética que está presente na dinâmica de assumir determinado estilo de cabelo, um modelo de postura, um determinado tipo de vestimenta. Elas relatam a exposição maior ao assédio sexual, identificado através da sexualização intensa de seus corpos.

Na compreensão de Djokic (2015), o colorismo

[...] funciona como um sistema de favores, no qual a branquitude permite a presença de sujeitos negros com identificação maior de traços físicos mais próximos do europeu, mas não os eleva ao mesmo patamar dos brancos, ela tolera esses "intrusos", nos quais ela pode reconhecer-se em parte, e em cujo ato de imitar ela pode também reconhecer o domínio do seu ideal de humano no outro (DJOKIC, 2015, p. 02).

Essa aceitação parcial operada com base na classificação do *colorismo* é uma prática operada pela *branquitude* para camuflar o racismo, ao utilizar o exemplo de pessoas negras que conseguiram ocupar algum lugar de destaque ou que em determinada equipe há a presença de pessoas negras pelo fato de existir naquele ambiente uma única pessoa negra – geralmente de pele clara. Essa mesma prática classificatória é responsável por gerar rivalidade entre grupos negros e fazer com que a pessoa negra de pele clara duvide constantemente da sua negritude, fazendo com que a pessoa negra de pele escura sinta com muita violência os efeitos da discriminação racial. É um elemento que pode funcionar de modo a promover a desestabilização e o enfraquecimento identitário (DJOKIC, 2015).

⁷ Esse termo é utilizado dentro do movimento negro para identificar a prática em que os sujeitos têm “uma maior” facilidade de se adequar ou de serem “aceitas” em determinados grupos identitários diferentes dos seus. No caso do racismo estrutural e institucional brasileiros, quanto mais clara for a cor da pele, mais aceita a pessoa pode vir a ser dentro de um sistema de distribuição de poder.

O assédio sexual, além de diretamente relacionado à violência e à imposição e ao exercício de poder e controle sobre o gênero feminino, também está diretamente relacionado ao racismo. Mulheres negras de pele clara são historicamente narradas pelos meios de comunicação, sobretudo a televisão, como destinadas ao prazer e ao sexo (GONZALEZ, 1984; hooks, 2019; CARNEIRO, 2011). Nesse sentido, os próprios meios de comunicação corroboram com a construção desses corpos como “descartáveis” (KILOMBA, 2019), profundamente sexualizados e destituídos de capacidade de reflexão crítica.

Além das violências e estereótipos das narrativas desempenhadas por meios de comunicação como a TV sobre mulheres negras, são elas também os alvos principais dos discursos de ódio nas redes sociais. Uma investigação de tese defendida no ano de 2018, na Universidade de Southampton, na Inglaterra, apontou dados que mostram que 81% das vítimas de discurso de ódio nas redes sociais são mulheres negras de 20 a 35 anos. O autor do estudo analisou 109 páginas no Facebook e 16 mil perfis de usuários entre os anos de 2012 a 2016. A pesquisa revela, ainda, que os discursos de ódio são praticados principalmente por homens na faixa de idade de 20 a 25 anos, segundo 65,6% dos casos analisados (TRINDADE, 2018).

A pesquisa realizada por Trindade (2018) é importante porque nos ajuda a pensar que a raça, unida ao gênero, é um determinante em casos de violência moral a mulheres negras. Em relação ao que identificamos na pesquisa, o colorismo também é um fator importante para interpretar o assédio. As mulheres negras de pele escura relatam serem mais vítimas de assédio moral, principalmente interpretado a partir da tentativa de deslegitimação e da desconfiança em relação ao trabalho desenvolvido pelas mesmas.

Podemos, através dos exemplos discutidos, refletir que o assédio, em relação às profissionais negras, precisa ser compreendido dentro de um contexto mais amplo e também interseccional (CRENSHAW, 2002), pois ele apresenta nuances que também estão atreladas diretamente ao racismo e ao colorismo, por exemplo. Ainda que as profissionais negras de pele clara relatem violências que podem ser medidas em escalas menores das vivenciadas pelas profissionais negras de pele escura, não significa que sejam consideradas em espaços de poder como autônomas ou que detenham “mérito” para ocupar determinados espaços. Há ainda, em grande ou pequena escala, a retirada da autonomia de mulheres negras e a classificação de seus corpos e existências como “descartáveis” e como foras do lugar.

Para além do assédio, levantamos informações sobre outros aspectos que atravessam o cotidiano profissional destes jornalistas. Por exemplo, apesar das mulheres ocuparem um

grande espaço nas empresas jornalísticas, pouquíssimas já ocuparam algum cargo de chefia. E quando questionadas se já foram chefiadas por alguma mulher negra, o resultado é menor ainda (41,7%). Considerando que 9 jornalistas afirmaram ter ocupado cargo de chefia, podemos observar que a maioria enfrentou desafios em suas posições de liderança. Das 9, 6 afirmaram terem sido desautorizadas no exercício da função, o que sugere que suas decisões ou autoridade foram questionadas ou ignoradas por seus subordinados ou superiores.

Quando eu entrei, a gente fazia muitas reuniões *online* e já era difícil para falar. No presencial era pior ainda, porque eles olham para sua cara e fazem de conta que você não está nem falando. Puxam um outro assunto, começam a falar com outra pessoa. Às vezes é uma simples relação de cumprimento (J5, Imperatriz, 2022).

A resistência e o questionamento direcionados a essas lideranças podem ser reflexo de preconceitos enraizados e estereótipos de gênero e raça que permeiam a sociedade e, infelizmente, também estão presentes no ambiente de trabalho. O relato da entrevistada também ressalta a existência de discriminação e falta de respeito no âmbito das reuniões e interações, evidenciando como essas práticas podem criar um ambiente hostil e desfavorável para a atuação das jornalistas. Ao ignorar suas falas e desviar o foco da discussão, a credibilidade e voz dessas lideranças são enfraquecidas, afetando sua capacidade de conduzir o trabalho de maneira efetiva.

Além disso, 4 jornalistas disseram que necessitaram se impor mais como chefes. Por fim, 2 jornalistas relataram terem sido questionadas sobre sua capacidade de liderança, mesmo possuindo a formação necessária para a posição. Processos sistemáticos de invisibilização e de esquecimento são construídos acerca da existência das mulheres negras, sobre seu potencial político, econômico, social e na construção do saber. A dominação e a opressão sistemática e interseccional (CRENSHAW, 2002) não só silencia essas mulheres, mas também as exclui de direitos básicos de cidadania, principalmente de serem compreendidas como sujeitas-cidadãs e de ocuparem determinados postos no mercado de trabalho, sobretudo os de maior prestígio (CARNEIRO, 2019).

O assédio verbal foi relatado pela maioria das entrevistadas. E com base nas entrevistas, é possível perceber que esse tipo de assédio se expressa por meio de comentários inadequados feitos em ambientes de trabalho ocupados majoritariamente por chefia branca e masculina que se sente autorizada a fazer piadas sobre a aparência de jornalistas negras.

Lembro de uma vez de estar em uma reunião com outros colegas homens e o meu chefe. A reunião era para tratar sobre o vídeo, eu era a única mulher. E

aí meu chefe simplesmente parou o que estava conversando, virou para mim e falou assim: “Ei, tenho uma coisa para te avisar”. Eu falei: “O que foi?”. “Tu tá engordando, hein? Toma cuidado”. Eu não tive o que falar (J7, Imperatriz, 2022).

Esses comentários são recorrentemente disfarçados como “piadas” e “brincadeiras” e costumam se referir a detalhes da aparência física, como o peso, configurando o que Grada Kilomba (2019, p. 216) classifica como “a Outra descartável”. Prática em que, os corpos de pessoas negras são invadidos como se fossem algo descartável, sem autonomia. Percebemos a lógica na fala das jornalistas quando apontam que por serem mulheres negras sofrem mais comentários com “piadas” depreciativas sobre seus corpos e cabelos, em comparação com as jornalistas brancas. Esses comentários depreciativos não são apenas ofensivos e desrespeitosos, mas também têm um impacto significativo no bem-estar emocional e na autoestima das jornalistas negras. Essas ações podem levar a um ambiente de trabalho hostil, onde as profissionais se sentem desvalorizadas e desencorajadas a expressar sua identidade.

Através dos questionários visualizamos um perfil predominante de mulheres pretas e pardas, de formação acadêmica no nível superior ou acima e idade entre 25 e 34 anos. Considerando que quase metade das participantes acredita que mercado é machista, e em 82,6% de 23 respostas, elas afirmam não ter filhos, é possível tentar relacionar esse dado ao impacto que a maternidade tem na carreira profissional feminina.

Um aspecto fundamental na vida de muitas pessoas, dentro das redações, pode acabar se tornando um problema que leva jornalistas a se sentirem constrangidas, intimidadas ou coagidas, seja de forma direta ou estrutural, a não engravidar. Entre 447 jornalistas que participaram da pesquisa feita pela Abraji e Gênero e Número em 2017, 2,3% afirmam que já foram ameaçadas de demissão em caso de gravidez (MAZOTTE; TOSTE, 2019). Maternidade e reprodução são usadas como arma para assédio moral violento. A gravidez ou o papel de mãe se tornam fatores limitantes que podem fechar oportunidades de emprego, aumentos e promoções e perdurar no descrédito dessa mulher que é vista como incapaz e inapta profissionalmente.

Jerusalinsky (2009) associa equação fálica de Freud para explicar a relação entre trabalho e maternidade

(...) maternidade e trabalho são vividos imaginariamente como concorrentes opostos na realização fálica, pelo qual o investimento crescente em um implicaria necessariamente o desinvestimento proporcional do outro. (JERUSALINSKY, 2009, p. 128).

As reflexões sobre as formas de assédio e desvalorização das profissionais ganham ainda mais gravidade quando se considera a ausência de um canal efetivo ou uma política rigorosa de combate a essas práticas dentro das empresas. A ausência de um canal adequado para denúncias e a falta de uma política clara de combate ao assédio e à discriminação criam um ambiente propício para a perpetuação dessas práticas nocivas. Isso significa que as jornalistas que enfrentam assédio ou desvalorização podem se sentir desprotegidas, com receio de falar sobre o que estão vivenciando.

Apesar da recorrência apontada (...), apenas 15% das mulheres contaram que já denunciaram situações de assédio moral ou sexual. Fator que pode estar relacionado a outro problema: conforme o levantamento, as empresas não têm canal de denúncia e quando tem não são considerados eficazes (AMORIM; BUENO, 2019, p. 158).

As respostas das jornalistas mostram que, além de não se sentirem valorizadas ou reconhecidas em suas funções, as profissionais ainda enfrentam violências discursivas e simbólicas em redações que negam a existência do racismo estrutural e reproduzem ideais meritocráticos. As agressões desse tipo, dirigidas às mulheres no contexto laboral, as impactam negativamente, onde se “provoca danos psicológicos, físicos, sociais e profissionais nas vítimas, degradando as condições de trabalho, aumentando os acidentes de trabalho, doenças profissionais” (MATEOS, 2019, p. 46). Além disso, muitas profissionais são a única ou uma das poucas jornalistas negras em determinadas redações, o que pode gerar um sentimento de desamparo e insegurança.

A solidão enfrentada por essas profissionais em ambientes predominantemente brancos pode ser uma barreira para seu desenvolvimento profissional, limitando seu acesso a redes de apoio e oportunidades de crescimento. Essa situação também pode levar a um sentimento de injustiça, pois a falta de diversidade nas redações reflete a persistência de estruturas hierárquicas que dificultam a ascensão de profissionais negras em suas carreiras. Os formulários aplicados às jornalistas revelam uma contradição interessante: embora 66,7% delas afirmem ter liberdade para pautar assuntos relacionados ao gênero e aos direitos das mulheres, 87,5% acreditam que o mercado jornalístico local reproduz o machismo.

Geralmente interno, não tem nada voltado para isso, mas entre funcionários fala-se dessa questão de inclusão, de se preocupar com quem tá passando para os clientes, que a gente tem que incluir nos materiais. Mas internamente, não tem abertura. Talvez ninguém manifestou interesse de

levar para gerência pautas assim para gerar projetos internos (J6, Imperatriz, 2022).

Isso sugere que, embora existam algumas chefias que apoiem a necessidade de abordar tais temas, ainda há um longo caminho a percorrer na busca por equidade dentro das redações. Os relatos das jornalistas revelam que aspectos relacionados ao gênero e à raça podem estar diretamente ligados à precarização do mercado de trabalho no jornalismo do Maranhão. Apontando que altas cargas de trabalho, não recebimento do piso salarial, cobranças excessivas que não condizem com o cargo, e salários inferiores aos dos homens na mesma função, são alguns dos elementos que demonstram a insatisfação com as condições de trabalho oferecidas pelo mercado local. Além disso, esses fatores são importantes para a descontinuidade na carreira do jornalismo - uma realidade que afeta de forma mais violenta as profissionais negras, como evidenciado pelos dados da pesquisa.

De acordo com Lelo (2019, p. 4), “um primeiro aspecto a ser ressaltado em nível global é a dificuldade vivenciada pelas repórteres em conciliarem o exercício de suas funções (em uma carreira que vem exigindo sacrifício acentuado dos tempos de descanso) com seus projetos familiares”. Essa realidade impacta diretamente na descontinuidade das carreiras das jornalistas negras, já que muitas podem se sentir desestimuladas ou sobrecarregadas ao tentar encontrar um equilíbrio entre trabalho e vida pessoal, ainda mais quando se deparam com o racismo e as dificuldades por serem mulheres. Isso pode resultar em oportunidades limitadas de crescimento e desenvolvimento profissional, bem como em uma saída prematura do jornalismo.

Já atuei em assessoria de comunicação e atualmente exerço a função de mestre de cerimônias. Não tô atuando diretamente com jornalismo há uns quatro anos. Já tentei algumas vezes participar de emissoras de TV e tudo, mas não foram bem sucedidas, né? Acabei atuando no caminho da assessoria de comunicação (J4, São Luís, 2022).

Essa trajetória pessoal comprova que as barreiras enfrentadas pelas mulheres negras no campo do jornalismo são reais e impactantes. A falta de oportunidades equitativas, combinada com a persistência do assédio e da desvalorização, cria um ambiente desfavorável para o desenvolvimento e o avanço profissional dessas mulheres. A pesquisa revela que elas estão sujeitas a uma dupla discriminação, enfrentando não apenas os obstáculos comuns da profissão, mas também os efeitos prejudiciais do viés racial.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi realizada com o objetivo de identificar as assimetrias de raça e gênero no cotidiano das redações jornalísticas do estado do Maranhão, com foco no assédio sofrido pelas profissionais. As informações foram obtidas por meio de questionários e entrevistas em profundidade, com jornalistas de São Luís e Imperatriz. Os dados mapeados a partir dos questionários indicaram que a maioria das jornalistas são jovens, com poucos anos de atuação na área e com alta carga horária de trabalho semanal, ocupando predominantemente cargos de prestação de serviços. Os dados também apontaram que, mesmo que o jornalismo local seja exercido majoritariamente por mulheres, são os homens brancos que ocupam a maioria dos cargos de poder e de chefia imediata, configurando uma desigualdade estrutural que coloca as mulheres e principalmente as profissionais negras em situação de maior desvantagem profissional.

As entrevistas realizadas com as jornalistas indicaram que o assédio no ambiente de trabalho e fora dele é uma questão recorrente na profissão. Foi identificado que o assédio parte majoritariamente de: fontes; colegas de trabalho e chefes. Expressando-se de várias maneiras, a exemplo do assédio verbal - comentários e convites inapropriados - até o assédio moral, com desqualificação e questionamento da capacidade da jornalista.

4. REFERÊNCIAS

- AMORIM, Janaina Lopes de; BUENO, Thaisa. **Mulheres jornalistas em pauta**: Estado da Arte sobre assédio moral e sexual no Brasil. Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo, Ponta Grossa, v. 6, n. 2, p. 153-170, Jul/Dez, 2019. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/download/14715/209209212698/209209222382>. Acesso em: 27 jun. 2023.
- CAMPAGNA, T. G.; KUTZKE, L. P. **Mudanças na rotina profissional de mulheres jornalistas devido ao assédio sexual, verbal e moral**. Paradoxos, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 38–52, 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/paradoxos/article/view/50618>. Acesso em: 8 abr. 2023.
- CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. In: ESTUDOS FEMINISTAS 171 1/2002. Jerusalinsky, Julieta. **Child raising: letter and jouissance in the earliest roots of the psychism**. 2009. 272 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.
- MATEOS, Jéssica de Oliveira Collado. **O jornalismo contemporâneo e a mulher jornalista: um estudo sobre gênero dentro da profissão no Estado de São Paulo**. 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Escola de Comunicação, Educação e



Humanidades da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2019, 208p.
Disponível em:

<http://tede.metodista.br/jspui/bitstream/tede/1847/2/Jessica%20de%20Oliveira%20Collado2.pdf>. Acesso em: 03 de julho de 2023.

MAZOTTE, Natália; TOSTE, Verônica (Coords.). **Mulheres no Jornalismo Brasileiro**. Brasil: ABRAJI/Gênero e Número, 2019. Disponível em

<https://www.mulheresnojornalismo.org.br/>. Acesso em 8 de abril de 2023.

KILOMBA, G. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LIMA, S.P. et al. (Coord.). **Perfil do jornalista brasileiro 2021**: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho. Florianópolis: Quorum Comunicação, 2022.

SOUSA, L.L.; SOUSA, N.N.; NASCIMENTO, S.S.S. **Assimetrias de raça e gênero no exercício do jornalismo no Maranhão**. In: ANAIS DO 20º ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 2022, Fortaleza. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2022. Disponível em:

<<https://proceedings.science/encontros-sbpjor/sbpjor-2022/trabalhos/assimetrias-de-raca-e-genero-no-exercicio-do-jornalismo-no-maranhao?lang=pt-br>>. Acesso em: 18 Maio. 2023.

LELO, Thales Vilela. **A feminização do jornalismo sob a ótica das desigualdades de gênero**. Revista Estudos Feministas, v. 2., n. 27., jun. 2019. Universidade do Estado de Minas Gerais, Minas Gerais. 1-14 p. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/CX9nYFhxhJZXYqcgXcDNBQS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 de jul. 2023.